

Terra proibida para 250 famílias

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

Nem o empenho do governo em regularizar o máximo de parcelamentos no Distrito Federal pode salvar o Condomínio Quintas do Amanhecer II, em Planaltina. A dona da área de 34 hectares onde fica o loteamento irregular conseguiu na Justiça o mandado de reintegração de posse. A qualquer momento, as 250 famílias poderão ter suas casas derrubadas. Desesperados, os moradores decidiram pedir ajuda ao secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires.

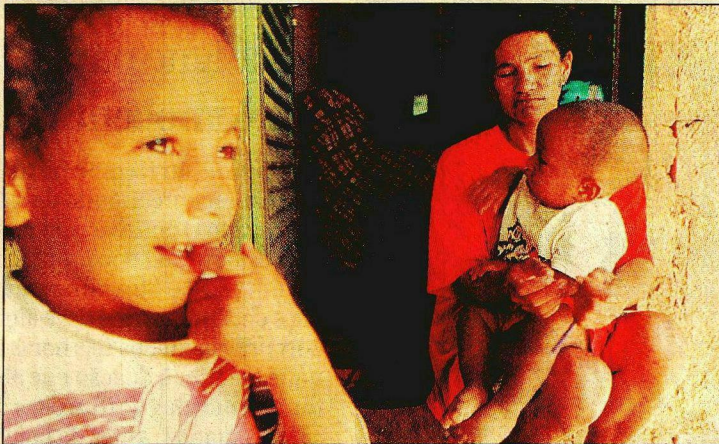
Na semana passada, ele conversou por telefone com a dona das terras, a advogada Olíbia Guimarães Lima Rocha, de 60 anos. "Ponderei com ela a suspensão da liminar. Por uma questão

humanitária", diz o secretário. Pouco adiantou. A ex-procuradora do Distrito Federal quer que os moradores paguem pelos lotes ou então a terra de volta. "Não posso abrir mão de um patrimônio", afirma.

Olíbia garante que não foi a responsável pelo loteamento das próprias terras, com escritura no 3º Ofício de Registro de Imóveis. "Eles é que invadiram tudo e retalharam do jeito que quiseram", reclama a advogada. Como o governo não pretende comprar as terras, a solução então para evitar o despejo, autorizado pela Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Planaltina, seria os próprios moradores pagarem pelos lotes.

Eis o problema. A maioria dos moradores são pobres. "Cerca de 80% das pessoas que moram aqui

Carlos Vieira



Maria Carli vive apenas da Bolsa-Escola: solução é pagar por lotes

não têm emprego. Vivem da Bolsa-Escola", diz o servidor público aposentado Jacó Miranda Souza, 54 anos, presidente da comissão eleita para tentar salvar o condomínio.

É o caso da dona-de-casa Mag-

da Regina Costa Corrêa, de 29 anos. O marido José Carlos, 38 anos, está desempregado. A única renda da família são os R\$ 136 da Bolsa-Escola. Em fevereiro deste ano, o casal e os cinco filhos, menores de 12 anos, ven-

deram um lote com um barraco de madeirite no Paranoá e pagaram R\$ 2.700, à vista, por um terreno no Quintas do Amanhecer II. "Fizemos um péssimo negócio. Antes tivesse ficado lá no meu lote, que ninguém me tomaria", reclama.

A advogada Olíbia explica que a ordem de despejo às 20 famílias, que constam no mandado de reintegração de posse, estende-se a todos os moradores do condomínio. "A ação é de dez anos atrás. Hoje a invasão é muito maior. E a decisão da Justiça é para retirar todo mundo", diz ela, que é sócia da Uniplan Empreendimentos Serviços e Participações Ltda. A ação movida na Justiça está em nome dessa empresa.

Os moradores afirmam que foram enganados pela Uniplan.

Geralda Rodrigues, 53 anos, mostra um carnê para provar que comprou a chácara onde mora. O carnê encardido, da Uniplan, tem um canhoto de nove prestações pagas, ainda em cruzeiros. "Nunca dei um centavo para a Uniplan. Dei uma chácara que eu tinha em Rajadinha (núcleo rural de Planaltina). Foi uma troca. O carnê foi só uma forma de eu ter um recibo", conta Geralda, que está no local há 19 anos.

O advogado da empresa rebate. "A Uniplan nunca parcelou. Houve uma invasão da terra, que foi fracionada da maneira deles", defende Joaquim Flávio Spíndola. Ele explica que a Uniplan está disposta a fazer acordo. "Se quiserem ficar lá, vão ter de pagar os lotes. De forma alguma vamos doar terra para o governo fazer ação social", avisa.